



Ministério do Turismo

# **Avaliação Ambiental Estratégica**

## **REGIÃO COSTA NORTE**

*- Visão Geral de Avaliação Ambiental Estratégica -*



**Julho / 2007**



## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1. AAE – Marco Conceitual e Definições.....</b>	<b>20</b>
<b>2. Estado da Arte da AAE no Setor de Turismo .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1. AAE do Plano de Desenvolvimento Turístico de FIJI .....</b>	<b>22</b>
<i>Principais resultados:</i> .....	23
<i>Conclusões da AAE:</i> .....	23
<i>Lições Aprendidas:</i> .....	24
<b>2.2. AAE da Estratégia de Turismo para a Costa Norte de Honduras,         Bay Islands e Copán Valley.....</b>	<b>25</b>
<i>Conclusões da AAE:</i> .....	25
<i>Recomendações:</i> .....	26
<b>2.3. Comparação entre Metodologias .....</b>	<b>27</b>
<b>3. Comentários Finais .....</b>	<b>29</b>



## Figura

**Figura 1 — Avaliação Ambiental Estratégica de Políticas, Planos e Programas ..... 21**



## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA: VISÃO GERAL

### INTRODUÇÃO

A demanda pelo incremento das análises ambientais em torno das opções de desenvolvimento em vários países tem levado à discussão sobre a oportunidade de introdução de novos instrumentos e de outras abordagens de gestão do meio ambiente, com objetivo de melhorar a eficácia no tratamento das questões ambientais por parte dos formuladores de políticas públicas e tomadores de decisão. É nesse contexto que se discute, por exemplo, a abordagem de unidades ecossistêmicas como unidades de planejamento ambiental, nas quais os controles são aplicados às atividades humanas e às demandas sobre o meio ambiente, numa posição oposta ao controle de processos ecológicos (WWF, 2004)<sup>1</sup>.

Além dos fatores ambientais, os sociais, econômicos e políticos podem exercer um papel-chave no tipo e no ritmo das opções de desenvolvimento de uma sociedade, encerrando questões estratégicas que orientam o processo de tomada de decisão. Essas questões estratégicas não são tratadas na aplicação tradicional da avaliação de impacto ambiental (AIA) ou pela mais recente Avaliação de Impacto Social e Ambiental (AISA), que têm a instância de projetos como foco de análise. São instrumentos que não foram definidos para ter um enfoque “estratégico” nem para dar suporte a decisões estratégicas que influenciem o desenvolvimento do País ou de uma região (Wagner e Jones, 2004)<sup>2</sup>.

No Brasil, a AIA foi adotada, em 1981, a partir da aprovação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Definida como instrumento de política ambiental, a AIA é posta em prática, em 1986, com a adoção da Resolução CONAMA 001/86, que estabeleceu as bases para o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), vinculando a AIA ao licenciamento ambiental de projetos.

Desde então, surgiram instrumentos de política ambiental diferenciados, como a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), que tem como objetivos contribuir para uma decisão mais sustentável, promover decisões integradas em relação às questões ditas como relevantes, identificar, previamente, os impactos cumulativos e efeitos sinérgicos e melhorar as condições de desenvolvimento da AIA de projetos.

A experiência com a AAE ganha espaço na agenda dos países desenvolvidos, a partir dos anos 90, sendo, também, estendida para alguns países em desenvolvimento, como um instrumento de avaliação ambiental que pode auxiliar gestores, planejadores e formuladores de políticas públicas. A percepção dos tomadores de decisão é a de que a AAE tem a capacidade de influenciar a natureza ambiental e a sustentabilidade de decisões estratégicas (Partidário e Clark, 2000)<sup>3</sup>.

É nesse contexto que surge a discussão da AAE no Brasil, segundo a perspectiva de um instrumento que possibilite a antecipação e a resolução de conflitos ligados às questões de uso racional dos recursos ambientais.

1 WWF – Discussion Paper on Strategic Environmental Assessment. Joint Marine Programme, Londres, 2004.

2 Wagner, J.P and Jones, M.G – Strategic Assessment of Oil and Gas Activities: Looking Beyond EIA/SIA, Society of Petroleum Engineers, SPE Paper Number 86583, USA, 2004.

3 Partidário, M.R. e Clark. R. (2000). - Perspectives on Strategic Environmental Assessment. Lewis Publishers. London.

## 1. AAE – Marco Conceitual e Definições

Desde a década passada, o que se observa no mundo é a tendência crescente de gerenciamento, com eficiência e eficácia, dos vários caminhos de interação das atividades produtivas com o meio ambiente, tendo em vista as premissas do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, a tomada de decisão ambiental é, freqüentemente, questionada, não por falta de mecanismos legais ou instrumentos metodológicos, ou mesmo de soluções operacionais para resolver problemas críticos de degradação ambiental, mas, essencialmente, porque não tem respondido de maneira eficaz aos desafios das políticas de desenvolvimento. Em particular, não tem conseguido atingir os resultados esperados em termos de integração do ambiente com as questões sociais e econômicas (Partidário, 2001) <sup>4</sup>.

A Avaliação Ambiental Estratégica é um instrumento de política ambiental, parte da família dos instrumentos de avaliação ambiental, que tem a sua aplicação voltada para Políticas, Planos e Programas (PPP), definindo como contexto de análise as instâncias anteriores à fase de definição de projetos. Assim sendo, pode-se entender que a AAE é um instrumento, com um procedimento administrativo formal, que auxilia no processo de tomada de decisão, visando assegurar que os princípios da sustentabilidade e da avaliação de impactos sejam integrados ao processo de planejamento, e garantindo a efetividade de uma política, de um plano ou de um programa. A adoção da AAE tem por objetivo fornecer subsídios aos tomadores de decisão a respeito de estratégias e informações atuais e projetadas sobre os efeitos ambientais, em larga escala, do uso de recursos ambientais.

Partidário (1999) define a AAE como *"um procedimento sistemático e contínuo de avaliação da qualidade e das conseqüências ambientais de visões e de intenções alternativas de desenvolvimento, incorporadas em iniciativas de política, planejamento e de programas, assegurando a integração efetiva de considerações biofísicas, econômicas, sociais e políticas, o mais cedo possível em processos públicos de tomada de decisões"*.

A AAE tem por objetivo contribuir para uma decisão ambientalmente correta, de modo a assegurar opções sustentáveis de desenvolvimento, melhorar as condições de avaliação de impacto ambiental de projetos, com ênfase na análise da cumulatividade de impactos, e promover uma decisão integrada no nível das PPP. Essa decisão se dá no contexto de um quadro estruturado e de forma articulada com os processos de planejamento do seu objeto de avaliação (Partidário, 2003) <sup>5</sup> (Figura 1).

Nesse contexto, tem-se que a AAE é um instrumento de política ambiental que trata das questões-chave do processo de tomada de decisão, e, para tal, mobiliza os atores-chave (*stakeholders*) para a identificação de problemas e a definição de soluções, além de propor alternativas para a solução de conflitos. Busca estabelecer vínculos entre as políticas setoriais e ambientais e promover a integração dos diversos organismos da administração pública. Para isso, promove a sistematização dos dados e informações (ambientais, sociais, econômicas, geográficas) de modo que possam servir de base aos estudos desenvolvidos.

**Política:** linha de conduta geral ou direção que o governo está ou estará adotando, apoiada por juízos de valor que orientem seus processos de tomada de decisões (Sadler e Verheem, 1996).

**Plano:** estratégia composta de objetivos, alternativas e medidas, incluindo a definição de prioridades, elaborada para viabilizar a implementação de uma política (Sadler e Verheem, 1996).

**Programa:** agenda organizada de compromissos, propostas, instrumentos e atividades necessários para implementar uma política, podendo ou não estar integrada a um plano (Sadler e Verheem, 1996).

<sup>4</sup> Partidário, M.R. – Seminário sobre AAE: Melhorar a Tomada de Decisão – Manual de Apoio, Lisboa, 2001, 82 p.

<sup>5</sup> Partidário, M.R. Avaliação Ambiental Estratégica. Workshop sobre Avaliação Ambiental Estratégica, promovido pelo Banco Mundial, Fortaleza, 2003.



Figura 1 — Avaliação Ambiental Estratégica de Políticas, Planos e Programas

Fonte: Clark, R. e Partidário, M.R, 2000.

De acordo com Partidário (1999) e Sach (2002)<sup>6</sup>, os benefícios do uso da AAE podem ser resumidos em:

- a) Integração dos temas ambientais em processos estratégicos de tomada de decisão em torno das opções de desenvolvimento, auxiliando na decisão estratégica a prevenir problemas ambientais;
- b) Identificação dos efeitos cumulativos e sinérgicos, bem como de questões que não podem ser identificadas ou abordadas na instância de projetos;
- c) Transparência no processo de tomada de decisão;
- d) Minimização de decisões equivocadas e avaliação de custo de oportunidade de investimentos;
- e) Antecipação da previsão de impactos ambientais que poderão ocorrer em nível de projetos e orientação para o desenvolvimento de estudos de impacto ambiental;
- f) Antecipação da consideração de políticas setoriais de questões ambientais;
- g) Facilitação do encadeamento de ações ambientalmente estruturadas; e
- h) Contribuição para um processo ambientalmente integrado e sustentável do desenvolvimento de políticas e de planejamento.

No Brasil, após o estudo de diversos casos de aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica no cenário internacional e discussões no nível nacional promovidas pelo MMA, foram definidas algumas diretrizes de aplicação da AAE, bem como seus objetivos e benefícios. Um dos consensos a que se chegou é que a AAE deve ser aplicada a planos e programas governamentais de desenvolvimento, tais como os de energia e transportes, tendo sido considerado também como prioritário o setor de turismo.

<sup>6</sup>Sach, K. Síntese dos Debates realizados por ocasião do Workshop "SEA in the Cooperation with Developing and Transition countries", Berlim, Alemanha, 2001.

## 2. Estado da Arte da AAE no Setor de Turismo

A experiência internacional de aplicação da AAE no setor de turismo oferece dois exemplos recentes: a AAE realizada pela WWF para o Plano de Desenvolvimento Turístico de FIJI<sup>7</sup> e a realizada pelo Banco Mundial – AAE da Estratégia de Turismo para a Costa Norte das Ilhas Bay e do Vale de Copán, em Honduras<sup>8</sup>. As sínteses de cada um desses estudos são apresentadas a seguir.

### 2.1. AAE do Plano de Desenvolvimento Turístico de FIJI

O Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), em cooperação com o governo da Nova Zelândia, deu início à formulação da Estratégia Ambiental Regional do Pacífico. A idéia era identificar os maiores desafios ambientais na região e definir objetivos estratégicos e atividades que receberiam a assistência do banco. Para tal, foram realizados estudos de caso e testes de ferramentas e abordagens, como a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), e metodologias para a integração de políticas. Com os estudos de caso, seriam identificadas as estratégias apropriadas para incorporar as dimensões ambientais nas suas intervenções de desenvolvimento econômico e social da região.

Nesse contexto, a *World Wide Fund for Nature - South Pacific Programme* (WWF-SPP) e o ADB formaram parceria para realizar a “Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Desenvolvimento Turístico de Fiji”. Esse estudo de caso foi escolhido porque o turismo é a indústria que mais rapidamente cresce em Fiji, causando impactos potencialmente significativos no ambiente natural e social. Ademais, a revisão do Plano de Desenvolvimento Turístico de Fiji estava prevista para o mesmo ano em que o estudo foi realizado (2003).

O Plano aponta para a necessidade de um crescimento do turismo em outros patamares (*step change growth*). A estratégia indica que a indústria turística em Fiji deve sair de um ritmo modesto de aumento do número de acomodações ou leitos para um crescimento em grande escala. Esse crescimento é visto como fundamental para compensar as perdas da decadente indústria do açúcar. O plano sugere uma série de ações para auxiliar essa mudança.

A **Avaliação Ambiental Estratégica** foi realizada para identificar os prováveis impactos ambientais e sociais do Plano, a partir da linha de base e análise dos aspectos ambientais, sociais e econômicos e das prováveis tendências de desenvolvimento, *vis-à-vis* os objetivos de sustentabilidade que foram estabelecidos. Os **objetivos** básicos do estudo foram:

- subsidiar com novas informações a revisão do Plano, em 2003, e permitir que o Ministério do Turismo e seus parceiros elaborassem futuros planos da forma a mais sustentável possível;
- testar a utilidade da AAE como uma ferramenta para aprimorar a sustentabilidade de estratégias e planos na região da Ásia-Pacífico, com a perspectiva de utilizá-la cada vez mais.

A metodologia utilizada teve como base o processo proposto por Levett -Therrivel (2002). Inicialmente foram identificadas e analisadas as diferentes políticas, assim como os planos e programas, e suas relações com o Plano. O passo seguinte foi a descrição dos objetivos (de sustentabilidade e avaliação) e metas a serem

<sup>7</sup> *A Strategic Environmental Assessment of Fiji's Tourism Development Plan*, WWF, may 2003.

<sup>8</sup> *A Framework for Sustainable Tourism Development in Honduras: Strategic Environmental Assessment of the Tourism Strategy for the North Coast, Bay Islands, and Copán Valley*, BIRD, 2004.

alcançados e seus indicadores. Para viabilizar a avaliação dos impactos foi necessária a elaboração da linha de base dos aspectos ambientais, sociais e econômicos, fundamentada em dados secundários. A análise de todas essas informações permitiu a identificação dos fatores críticos e das restrições para o desenvolvimento do turismo, possibilitando a discussão de alternativas sustentáveis.

### Principais resultados:

Existem áreas em Fiji nas quais o desenvolvimento turístico tem causado sérios casos de degradação ambiental, sendo a situação extremamente precária. As múltiplas pressões sobre os ecossistemas, como os recifes de coral, têm gerado impactos que tendem a se tornar irreversíveis e afetam o equilíbrio da região, resultando em danos ambientais de longo prazo.

Por outro lado, o turismo tem proporcionado benefícios econômicos consideráveis para Fiji. Entretanto, tais benefícios têm sido bem menores quando comparados ao gasto bruto dos turistas; há estimativas de que mais de 60% desses recursos não permanecem no país. A queda na produção de outros setores, especialmente o da indústria do açúcar, torna a economia de Fiji dependente apenas de um setor, o do turismo.

Enquanto muitos empresários e operadores de turismo estão seguindo as boas práticas recomendadas para o setor, em Fiji há falhas estruturais que não garantem posturas similares por parte de toda a indústria. A maioria das políticas, leis e regulamentos ainda não entraram em vigor, ainda não foram implementadas nem aplicadas adequadamente.

Por esse motivo, em Fiji, o crescimento mais acelerado do turismo, proposto no Plano, iria afetar o equilíbrio econômico como um todo. Esse tipo de desenvolvimento demanda muito do meio ambiente, em termos de uso dos recursos naturais e da assimilação da poluição gerada. Na realidade, buscar um crescimento mais acelerado do desenvolvimento do turismo tenderia a ameaçar a consecução de boa parte dos objetivos de sustentabilidade. Em particular, é provável que viesse a aumentar as tensões entre os empresários do turismo, os donos de terras e as comunidades locais.

### Conclusões da AAE:

O estudo concluiu ser necessária uma abordagem cautelosa para o futuro desenvolvimento do turismo em Fiji; isto é, deveria se concentrar na maximização dos benefícios e salvaguardar as vantagens de Fiji, considerando seus recursos e suas restrições de uso, de modo a evitar qualquer ação que possa causar danos ambientais sérios ou criar novas tensões sociais.

A completa implementação da estrutura institucional e de regulamentação para a avaliação e a gestão ambiental, incluindo a capacitação e o fortalecimento institucional, é pré-requisito para que a expansão do turismo seja sustentável. As avaliações de impacto ambiental devem, por isso, guiar o desenvolvimento do turismo, sendo necessário que se institua um sistema completo e eficiente para que se implementem suas conclusões.

### Lições Aprendidas:

A AAE forneceu uma estrutura robusta e lógica para avaliar os impactos ambientais e sociais do plano. Levantou questões importantes, que devem ser considerada tanto nas futuras aplicações da AAE no Pacífico Sul, como na produção de qualquer manual sobre AAE que venha a ser produzido.

A avaliação se beneficiou consideravelmente de uma série de estudos antes realizados na região e do grande número de especialistas locais, que foram capazes de orientar a elaboração dos estudos. Sempre que houve ausência de informação, os especialistas foram capazes de julgar e tirar conclusões com base nos dados disponíveis, de modo que questões importantes não fossem desconsiderados por falta de informação.

A avaliação mostrou a importância de se olhar para os aspectos econômicos e sociais juntamente com os aspectos ambientais, o que foi vital para a boa compreensão da situação e a formulação de recomendações práticas e exequíveis.

A AAE partiu do pressuposto de que se deveria estabelecer devidamente a política, as leis e os regulamentos necessários. Entretanto, como em Fiji muitas das políticas não são implementadas, a avaliação teve de procurar saber o que estava definido "oficialmente" e o que realmente estava sendo seguido na prática. As avaliações foram realizadas, sempre que possível, considerando a capacidade (política, cultural, técnica, de tempo e financeira) das organizações responsáveis pela implementação de seus resultados.

Um componente crítico do processo de AAE foi o processo de consulta. Durante a avaliação, havia um grupo altamente capacitado e eficiente de atores sociais (*stakeholders*), que representavam um conjunto de interesses, chamado a participar ativamente das reuniões. Sem essa participação e o apoio desse grupo, nenhuma das recomendações do relatório poderia ser levada avante. A lição é que, na AAE, deve-se destinar tempo suficiente para se trabalhar com os atores-chave (*key stakeholders*). Caso haja atores céticos, então deve ser feito um esforço para que se chegue a um consenso. É importante que se identifique um líder, uma vez que os consultores não irão participar da implementação dos resultados da AAE. Alguns membros do grupo de atores consultados devem assumir a liderança e continuar o trabalho de implementação das recomendações.

É importante que o papel dos consultores seja construtivo e contribua para aprimorar o conhecimento e o saber local, aumentando a capacidade das organizações e das pessoas. O curto espaço de tempo acabou, inevitavelmente, levando a uma abordagem de cima para baixo (*top-down*), na qual os consultores produziram as recomendações e as tentaram passar para os agentes locais. Essa restrição de tempo também limitou a transferência de conhecimento e a capacitação dos agentes locais, o que precisa ser incorporado ao plano, antes da sua implementação.

Foi bom trabalhar com uma ONG, uma vez que eles puderam atuar como árbitro entre grupos que tinham pontos de vista divergentes.

O modo com que o Banco (e outras agências de fomento) irão responder às recomendações do relatório de AAE fará uma grande diferença para a sua efetividade. O apoio a projetos de turismo em Fiji deve ser condicionado a uma estrutura organizacional de gestão sustentável do turismo que realmente funcione.

O Banco deveria considerar a possibilidade de se criar uma estrutura de controle para a aplicação da AAE nas circunstâncias específicas do Pacífico. A experiência do projeto piloto sobre o turismo de Fiji proporcionou um ponto de partida valioso para isto, embora seja necessário avaliar outras formas de controle de planos em outros países para testar a abrangência da sua aplicabilidade.

Considerando as lições aprendidas, o Banco deveria promover a AAE enquanto uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento de políticas sustentáveis na região Ásia-Pacífico.

## 2.2. AAE da Estratégia de Turismo para a Costa Norte de Honduras, Bay Islands e Copán Valley

O turismo é a terceira atividade econômica mais importante em Honduras, em termos de participação no Produto Interno Bruto e, até o ano 2021, o Governo pretende transformar o país no principal destino turístico da América Central. Planejando este crescimento, o Instituto de Turismo de Honduras (IHT) preparou a Estratégia Regional de Turismo para a Costa Norte (Honduras), o que, mais tarde, servirá de base para uma estratégia nacional. Além da Costa Norte de Honduras, as Ihas Bay e o Vale Copam foram incorporadas à estratégia, uma vez que são prioridade para o desenvolvimento do turismo no país.

O estudo em questão apresenta uma estrutura para a AAE do setor de turismo de Honduras. Não se trata de uma avaliação abrangente e exaustiva. O processo de AAE focaliza cenários de desenvolvimento e avaliação das principais inter-relações entre os setores e seus impactos. O objetivo é subsidiar o debate sobre o desenvolvimento e a implementação da estratégia de turismo, apresentando uma visão geral das implicações ambientais e sociais nas três regiões contempladas na Estratégia Regional.

A metodologia da AAE se baseou em um modelo de planejamento, desenvolvido por meio da utilização de técnicas de “mapeamento cognitivo”, ideais para identificar impactos, sinergias, inter-relações e retroalimentação (*feedbacks*) entre os setores. Em seguida, aplicaram-se técnicas de modelagem de cenários para tentar “olhar para o futuro” do turismo em Honduras. Finalmente, foi utilizado um método proposto por Dalal-Clayton e Sadler (2003) para caracterizar os impactos.

### Conclusões da AAE:

Honduras é um país que possui atrativos naturais e culturais capazes de torná-lo um destino atraente para os turistas. Se bem planejado e administrado, o turismo pode se tornar um importante vetor de desenvolvimento econômico para o país.

A estratégia do Governo de Honduras apresenta potencialmente duas falhas. A primeira relacionada à distribuição equilibrada dos benefícios do crescimento do turismo para a população. Isso só será possível caso sejam tomadas medidas para desenvolver pequenas empresas e melhorar o capital humano no setor de turismo. A segunda diz respeito à expectativa estabelecida na estratégia de que sejam tomadas a tempo as medidas necessárias para proteger o ambiente natural. Já há indícios de degradação e exploração excessiva dos recursos naturais em algumas localidades.

O desenvolvimento do turismo em Honduras implica uma série de riscos ambientais. Os principais problemas estão associados ao destino final dos esgotos sanitários e à disposição dos resíduos sólidos, bem como ao desmatamento, à erosão das praias e à degradação dos recifes de coral e de outros habitats naturais. Em particular, a degradação dos ecossistemas e da biodiversidade do país é também um risco, em função da estratégia de o Governo desenvolver o turismo em áreas frágeis.

Um fator complicador na previsão de impactos foi a presença de diferentes conexões intersetoriais: o turismo afeta indiretamente diversos setores e o efeito total do desenvolvimento do turismo seria a soma de todos os impactos diretos e indiretos, além da cumulatividade e da sinergia desses impactos. Destaque-se a relação entre o turismo e os seguintes aspectos: pobreza, infra-estrutura, educação e saúde.

Finalmente, o turismo tanto pode ser uma grande promessa, como um fracasso em potencial, no contexto do desenvolvimento econômico sustentável de Honduras. A ênfase da avaliação nos impactos negativos do turismo não deve ser interpretada como uma forma de estigmatizar a indústria. Trata-se de um alerta para que o processo seja realizado da maneira apropriada; caso contrário não será capaz de produzir os resultados esperados de melhoria das condições de vida em Honduras.

### Recomendações:

As recomendações do estudo de AAE indicaram que:

- O Governo de Honduras deveria reconsiderar as atuais metas ambiciosas de crescimento do turismo, e tentar garantir a sua sustentabilidade. As estimativas mostram que na maioria dos cenários o fluxo de turistas estaria acima da capacidade de carga do país.
- A Estratégia de Turismo deveria se voltar para os aspectos de proteção ambiental. A maior parte do turismo do país baseia-se em atrativos naturais, sejam praias, recifes de coral ou florestas, e a deterioração destes recursos iria levar, inevitavelmente, ao declínio do número de visitantes.
- O outro ponto focal da estratégia deveria ser a relação entre turismo e pobreza. Se o desenvolvimento do turismo pretende contribuir para a redução da pobreza em Honduras é fundamental que se envolvam os segmentos mais pobres da sociedade no processo. Isso pode ser alcançado por meio da organização de workshops e programas de treinamento e de apoio à organização e o financiamento de pequenas empresas. A informalidade das pequenas empresas existentes foi identificada como um dos grandes problemas.
- O Governo deveria buscar novas oportunidades para a realização de avaliação dos impactos ambientais e sociais, ao considerar o desenvolvimento de uma estratégia nacional para o turismo. É recomendável um processo de AAE que envolva todos os atores (*stakeholders*), com tempo suficiente para incorporar todas as informações disponíveis.
- O Governo de Honduras deveria desenvolver a sua estratégia de turismo de acordo com a capacidade de suporte dos municípios face ao aumento do fluxo turístico. Seria fundamental que o governo garantisse recursos financeiros e treinamento para os órgãos municipais de meio ambiente. Sem capacitação, os programas e diretrizes não poderão ser implementados. A capacitação, antes de ser um benefício para o crescimento do turismo, é um pré-requisito para este crescimento.

### 2.3. Comparação entre Metodologias

No **Quadro 1** apresenta-se a comparação das metodologias dos estudos anteriormente detalhados com a metodologia que aplicada no estudo de Avaliação Ambiental Estratégica da Costa Norte.

A AAE ao setor de turismo reúne apenas experiências recentes, o que se justifica não somente pelo processo dinâmico de amadurecimento desse instrumento de gestão ambiental, mas, principalmente, pelos recentes esforços de planejamento do setor turístico, que assume importância cada vez maior no cenário econômico de diversos países. Nesse sentido, apesar das diferenças entre as metodologias apresentadas, nota-se uma convergência na estrutura de análise adotada.

**Quadro 1 — Comparação das metodologias de AAE no Setor de Turismo**

<b>AAE da CN</b>	<b>AAE do PDT de Fiji</b>	<b>AAE - Honduras</b>
Introdução: antecedentes e metodologia	Introdução: antecedentes e metodologia	Introdução: metodologia e antecedentes
Objetivos e Escopo do Estudo de AAE	Objetivos e escopo, equipe	
Processo de Consulta e de Participação da sociedade	Consulta e participação	
Responsabilidades Institucionais		
Planos e Programas relevantes	Planos e programas relevantes	Projetos relevantes
Linhas de Base dos aspectos ambientais, econômicos e sociais da região de estudo e diagnóstico destacando pressões e conflitos	Linhas de base dos aspectos ambientais, sociais e econômicas: visão geral da região; estado do meio ambiente e pressões (diagnóstico ambiental)	Linhas de Base: estratégia do governo, linhas de base do turismo
Objetivos Estratégicos e Indicadores de Sustentabilidade	Objetivos de sustentabilidade e indicadores	Modelo de planejamento e interligações entre os setores
Impactos ambientais, sociais e econômicos associados ao turismo	Impactos do desenvolvimento do turismo	
Cenário: tendencial (referência) e de desenvolvimento do turismo	Tendências socioeconômicas e incertezas do crescimento acelerado	Cenários
Avaliação ambiental dos cenários alternativos	Avaliação dos impactos do PDT	Principais impactos e externalidades

AAE da CN	AAE do PDT de Fiji	AAE - Honduras
Avaliação dos cenários frente aos objetivos de sustentabilidade da CN		
Diretrizes e critérios para o desenvolvimento do turismo na CN	Opções sustentáveis para lidar com as questões principais, aplicação dos resultados	
Conclusões e recomendações	Conclusões e recomendações	Conclusões e recomendações.
Lições aprendidas		

Fonte: LIMA/COPPE/UFRJ, 2007.

### 3. Comentários Finais

Com relação aos estudos de caso apresentados, nota-se que as metodologias utilizadas possuem similaridades, principalmente no que diz respeito à necessidade de definição do escopo do estudo, à coleta de informações disponíveis (Linhas de Base) e à identificação das inter-relações do turismo com outros setores. Devido ao caráter estratégico da AAE, faz-se importante a identificação dos principais atores (*stakeholders*) envolvidos e dos planos, programas e projetos, previstos para a região, que possam vir a influenciar, direta ou indiretamente, o desenvolvimento do turismo.

A metodologia proposta para a Avaliação Ambiental Estratégica da Costa Norte é bastante abrangente, utilizando análises que foram consideradas nas duas metodologias apresentadas, mas que foi adaptada à realidade político-institucional brasileira e à realidade da Costa Norte. Assim como nos dois casos, as análises foram realizadas com o emprego de dados secundários, focando-se nos aspectos estratégicos.

A identificação dos objetivos estratégicos e indicadores de sustentabilidade adotada na AAE-CN é também empregada na metodologia utilizada na AAE de Fiji, assim como a ferramenta de cenários também fez parte da metodologia no caso da AAE de Honduras. Naturalmente, todas as metodologias fazem uma avaliação dos impactos causados pelas respectivas propostas de desenvolvimento do turismo.

É interessante notar algumas características comuns entre as regiões afetadas pelos planos de turismo e a realidade da Costa Norte: nos três casos, a natureza se apresenta como o principal recurso a ser utilizado pela indústria do turismo; além disto, todas as regiões podem ser consideradas pouco desenvolvidas economicamente. Assim, ao analisar as conclusões e recomendações apresentadas, foi possível notar uma destacada preocupação com as questões ambientais e sociais relacionadas ao desenvolvimento do turismo, especialmente no que diz respeito à preservação dos recursos naturais e à distribuição equilibrada dos benefícios do turismo entre a população das regiões envolvidas.

A aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica ao planejamento do setor de turismo pode ser considerada uma prática recente e, por isso, sujeita a alterações e aprimoramento. Neste sentido, ao se realizar um novo estudo, é muito importante analisar e considerar as conclusões das experiências anteriores. São várias as conclusões que podem ser estendidas para a maioria dos casos de desenvolvimento do turismo, principalmente quando se trata de regiões com características similares.

A AAE-CN emprega uma metodologia que compreende a análise das principais características da região e permite que seja realizada uma avaliação consistente dos principais efeitos do desenvolvimento do turismo. Para isso, foram consideradas não só as experiências anteriores no setor de turismo, mas muitos outros casos de sucesso de aplicação da AAE no Brasil e no mundo, em diferentes setores.